


O IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENÁRIO ELEITORAL DE 2027 EM ANGOLA: UMA ANÁLISE REFLEXIVA DE FATOS, CONTRAFATOS E IMPLICAÇÕES PARA A DEMOCRACIA

THE IMPACT OF PUBLIC POLICIES ON THE 2027 ELECTORAL SCENARIO IN ANGOLA: A REFLECTIVE ANALYSIS OF FACTS, COUNTERFACTS AND IMPLICATIONS FOR DEMOCRACY

 <https://doi.org/10.63330/armv1n8-021>

Submetido em: 23/09/2025 e Publicado em: 06/11/2025

Jackson Manuel Damião Simão

Graduado em Ciências da Educação na Especialidade em Ensino Primário
Instituição atual (Comandante Cuidado de Malanje)
E-mail: martinezjacksonmartinez706@gmail.com

Gilson Francisco Contreiras Diogo

Doutorando do Programa de Interunidades na Área de Ensino de Física
Universidade de São Paulo (Brasil),
E-mail: gilson.diogo@usp.br / gilson.diogo@ubi.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5462-102X>
LATTES: <https://lattes.cnpq.br/9064118026111592>

RESUMO

O estudo intitulado O Impacto das Políticas Públicas no Cenário Eleitoral de 2027 em Angola: Uma Análise Reflexiva de Fatos, Contrafatos e Implicações para a Democracia tem como objetivo compreender de que forma as políticas públicas implementadas no período pré-eleitoral influenciam a participação política e a consolidação democrática. Especificamente, busca identificar políticas sociais e econômicas que afetam o comportamento do eleitor, analisar narrativas e contranarrativas do debate político, avaliar a percepção da população sobre a eficácia das ações governamentais e discutir os efeitos dessas dinâmicas para o fortalecimento ou fragilização das instituições democráticas. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com análise documental, observação de dados secundários e entrevistas semiestruturadas realizadas com especialistas, representantes de partidos, líderes comunitários e eleitores de diferentes regiões. A justificativa centra-se na necessidade de entender como a relação entre políticas públicas e eleições interfere na confiança social e na legitimidade institucional. Os resultados revelam que, embora reconhecidas como instrumentos de inclusão, muitas políticas são percebidas como estratégias de poder, gerando tensões entre avanços sociais e percepções de instrumentalização política. Conclui-se que as políticas públicas podem tanto fortalecer a democracia, ao ampliar direitos, quanto fragilizá-la, quando utilizadas como recurso eleitoral. O futuro democrático de Angola dependerá da capacidade crítica da sociedade em analisar fatos e contrafatos e do compromisso governamental com o bem comum.

Palavras-chave: Políticas públicas; Eleições; Democracia; Angola; Contrafatos.

ABSTRACT

The study entitled The Impact of Public Policies on the 2027 Electoral Scenario in Angola: A Critical Analysis of Facts, Counterfactuals and Implications for Democracy aims to understand how public policies implemented in the pre-election period influence political participation and democratic consolidation. Specifically, it seeks to identify social and economic policies that affect voter behavior, analyze narratives



and counter-narratives of the political debate, evaluate the population's perception of the effectiveness of government actions and discuss the effects of these dynamics on strengthening or weakening democratic institutions. The research adopts a qualitative approach, with documentary analysis, observation of secondary data and semi-structured interviews carried out with experts, party representatives, community leaders and voters from different regions. The justification focuses on the need to understand how the relationship between public policies and elections interferes with social trust and institutional legitimacy. The results reveal that, although recognized as instruments of inclusion, many policies are perceived as power strategies, generating tensions between social advances and perceptions of political instrumentalization. It is concluded that public policies can both strengthen democracy, by expanding rights, and weaken it, when used as an electoral resource. Angola's democratic future will depend on society's critical ability to analyze facts and counter-facts and on the government's commitment to the common good.

Keywords: Public policies; Elections; Democracy; Angola; Counterfactuals.



1 INTRODUÇÃO

O debate sobre o papel das políticas públicas na vida política de Angola ganha relevo à medida que o país se aproxima das eleições de 2027. A relação entre as decisões governamentais e o comportamento do eleitorado não pode ser vista apenas como uma questão administrativa, mas como um reflexo direto das dinâmicas sociais, econômicas e culturais que atravessam a sociedade. Nesse contexto, refletir sobre fatos e contrafatos ligados às políticas públicas permite compreender não só os resultados eleitorais imediatos, mas também as implicações mais amplas para o fortalecimento da democracia. A análise deste tema busca, portanto, promover uma leitura crítica que vá além das estatísticas e dos discursos oficiais, oferecendo subsídios para pensar em como a construção de políticas mais inclusivas pode contribuir para uma participação cidadã mais consciente e para a consolidação de instituições democráticas em Angola.

Portanto, estudar o impacto das políticas públicas nas eleições de 2027 em Angola é mais do que um exercício acadêmico. Trata-se de compreender como decisões governamentais moldam experiências cotidianas, influenciam escolhas políticas e afetam a confiança da população nas instituições democráticas. Este trabalho busca, assim, oferecer uma análise reflexiva que integre dados, interpretações críticas e considerações sobre os caminhos possíveis para fortalecer a participação cidadã e a qualidade da democracia angolana. Com isso, foi necessário levantar as seguinte questão de partida.

1.1 PROBLEMA DA PESQUISA

De que maneira as políticas públicas implementadas no período pré-eleitoral influenciam a participação política e a consolidação democrática em Angola, considerando os fatos e contrafatos presentes no debate político? Para responder o problema levantado foi possível elaborar os seguintes objetivos:

1.2 GERAL

Compreender de que maneira as ações governamentais podem influenciar a dinâmica política e a percepção dos cidadãos no contexto das eleições gerais de 2027. E, como:

1.3 ESPECÍFICOS

- 1- Identificar políticas sociais e econômicas que influenciam o comportamento do eleitor;
- 2- Analisar narrativas e contranarrativas do debate político;
- 3- Avaliar a percepção da população sobre a eficácia das ações governamentais;
- 4- Discutir os efeitos dessas dinâmicas para o fortalecimento ou fragilização das instituições democráticas



1.4 METODOLOGIA

A metodologia adotada é qualitativa, com base em análise documental, observação de dados secundários e entrevistas semiestruturadas realizadas com especialistas em políticas públicas, representantes de partidos políticos, líderes comunitários e eleitores de diferentes regiões e faixas etárias. Essa diversidade de participantes assegura uma leitura plural da realidade política.

1.5 TEORIA DE SUPORTE

A pesquisa encontra sustentação em teorias ligadas à ciência política e à democracia participativa, destacando-se autores como Robert Dahl (2001), que discute a poliarquia como modelo de participação e contestação, e Norberto Bobbio (2000), que problematiza as promessas e limites da democracia contemporânea. Além disso, estudos em políticas públicas, como os de Thomas Dye (2013), ajudam a compreender como decisões governamentais moldam realidades sociais e influenciam a esfera política.

1.6 JUSTIFICATIVA

A realização desta investigação está na necessidade de compreender a relação entre políticas públicas e processo eleitoral, visto que essa interação afeta diretamente a confiança social, a legitimidade das instituições e a qualidade da democracia em Angola.

A escolha deste tema se fundamenta na relevância de compreender como as políticas públicas influenciam o comportamento político e a percepção cidadã, especialmente em períodos eleitorais. Em Angola, as eleições de 2027 representam um momento crucial para avaliar o equilíbrio entre avanços sociais promovidos pelo Estado e os desafios relacionados à legitimidade e à transparência das instituições democráticas. Investigar o impacto das políticas públicas, permite analisar não apenas os fatos, ou seja, as ações efetivamente implementadas, mas também os contrafatos, entendidos como interpretações divergentes e percepções de instrumentalização política.

Essa reflexão é essencial para compreender como diferentes segmentos da sociedade percebem a relação entre políticas governamentais e processo eleitoral, contribuindo para a construção de uma democracia mais participativa e consciente.

Além disso, o estudo oferece subsídios para acadêmicos, formuladores de políticas e cidadãos interessados em avaliar criticamente os mecanismos que podem fortalecer ou fragilizar a democracia. Ao explorar essa interação, a pesquisa busca fomentar o debate sobre responsabilidade política, transparência e engajamento cívico, reforçando a importância de políticas públicas orientadas ao bem comum e à consolidação de instituições sólidas e democráticas.



2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo será tratada uma discussão sistemática dos conceitos, teorias e estudos que ajudam a compreender a relação entre políticas públicas e comportamento eleitoral em Angola que irá servir de base para o estudo, contextualizando o debate acadêmico e oferecendo referências que permitam compreender como as políticas públicas poderão influenciar o cenário eleitoral de 2027 em Angola e suas implicações para a democracia.

- **Políticas públicas**

Políticas públicas referem-se a um conjunto de ações, programas e decisões implementadas pelo Estado com o objetivo de atender demandas sociais, promover inclusão e consolidar instituições democráticas.

Dye (2013) define política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”, destacando que tanto a ação quanto a omissão estatal são relevantes.

Políticas públicas em Angola desempenham papel estratégico para o desenvolvimento social, mas precisam ser avaliadas não apenas pelos resultados imediatos, mas também pela sua continuidade e impacto estruturante na sociedade.

- **Eleições**

Eleições são processos formais de escolha de representantes ou líderes políticos por meio do voto, fundamentais para a legitimidade do sistema democrático.

Dahl (2001) afirma que eleições devem ser acompanhadas de participação efetiva e liberdade de escolha para consolidar a democracia.

Em Angola, as eleições de 2027 serão um momento decisivo, em que a interação entre políticas públicas e percepção popular influenciará fortemente o engajamento e a confiança dos cidadãos no processo democrático.

- **Democracia**

Democracia é um sistema político em que o poder é exercido pelo povo, direta ou indiretamente, com instituições sólidas, respeito às liberdades e mecanismos de accountability.

Diamond (1999) reforça que a democracia depende de participação cidadã e transparência nas decisões governamentais.

A consolidação da democracia angolana exige políticas públicas que promovam direitos, inclusão social e confiança cidadã, evitando práticas clientelistas que fragilizem as instituições.

- **Angola**

Angola é um país africano cuja história política e social é marcada pela colonização e por um longo período de conflito armado.



O contexto histórico influencia diretamente a implementação de políticas públicas e a percepção da população sobre elas (Norris, 2011).

A análise das políticas públicas em Angola deve considerar desigualdades regionais, desafios de governança e a necessidade de fortalecer vínculos de confiança entre Estado e sociedade.

- **Contrafactos**

Contrafactos são comparações entre eventos reais e hipóteses sobre o que poderia ter acontecido sob circunstâncias diferentes, sendo instrumentos analíticos importantes para avaliar políticas públicas (King; Keohane; Verba, 1994).

Reflexão do autor: Em Angola, contrafactos ajudam a compreender discrepâncias entre intenções governamentais e percepção popular, evidenciando como políticas públicas podem ser vistas como conquistas sociais ou estratégias de manipulação.

2.1 BREVE HISTORIAL DE ANGOLA

A história de Angola é marcada por uma riqueza cultural diversa, por processos de resistência, pela experiência da colonização europeia e pela busca incessante de autodeterminação. Situado na África Austral, o território angolano foi, desde os tempos antigos, habitado por povos de origem bantu que desenvolveram sistemas sociais e políticos sofisticados.

Entre esses destacaram-se o Reino do Congo, localizado no norte, que chegou a estabelecer relações diplomáticas com Portugal no século XV, o Reino do Ndongo, onde surgiu a célebre figura da Rainha Njinga Mbandi, e o Império Lunda, conhecido pela organização política e pelo comércio (MILLER, 1988).

Com a chegada dos portugueses à costa atlântica em 1482, iniciaram-se contatos comerciais, inicialmente pacíficos, que evoluíram para a dominação colonial.

O tráfico atlântico de escravizados transformou Angola em um dos maiores fornecedores de mão de obra para as Américas, especialmente para o Brasil. Estima-se que milhões de africanos foram forçados a atravessar o Atlântico, o que destruiu comunidades locais, alterou dinâmicas econômicas e deixou marcas profundas na cultura e memória histórica (HEYWOOD, 2017).



Figura 1: Imagem da Bandeira nacional de Angola



Fonte 1: Retrato retirado da Internet

Nos séculos XIX e XX, o domínio colonial português foi consolidado com a imposição de uma administração direta, a exploração econômica intensiva e a implementação de políticas de assimilação e segregação. A exploração de recursos como café, diamantes e, mais tarde, petróleo, esteve associada ao trabalho forçado e à marginalização da maioria da população africana (MESSIANT, 2008).

A resistência à colonização nunca cessou, mas ganhou maior visibilidade no século XX. Em 1961, o levante no norte do país marcou o início da luta armada de libertação nacional, protagonizada pelo MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), pela FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e, mais tarde, pela UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola). Esses movimentos, com diferentes bases sociais, políticas e ideológicas, desencadearam uma luta prolongada que culminou na independência proclamada em 11 de novembro de 1975, em Luanda, sob a liderança do MPLA (BIRMINGHAM, 2015).

O período pós-independência, no entanto, foi marcado por uma intensa guerra civil que durou de 1975 até 2002. Este conflito devastador teve como pano de fundo rivalidades internas e a Guerra Fria, uma vez que o MPLA contou com o apoio da União Soviética e de Cuba, enquanto a UNITA recebeu auxílio dos Estados Unidos e da África do Sul do apartheid.

As consequências foram graves: milhões de mortos, deslocados internos, destruição de infraestruturas e atraso no desenvolvimento social e econômico (VAN DER WAAL, 2002).

Com a morte de Jonas Savimbi em 2002, líder da UNITA, e a assinatura dos Acordos de Paz, Angola entrou em uma nova fase de estabilidade relativa. A reconstrução nacional foi iniciada com foco em obras de infraestrutura, investimentos no setor energético e expansão da economia, sustentada principalmente pela exploração de petróleo e diamantes. Apesar disso, o país enfrenta até hoje desafios relacionados à



desigualdade social, à diversificação econômica e à necessidade de fortalecer instituições democráticas (HODGES, 2004).

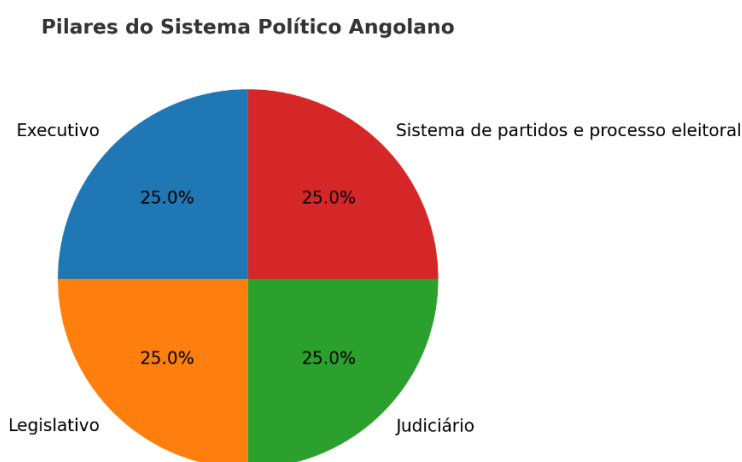
Atualmente, Angola busca consolidar-se como uma nação democrática, inserida no cenário internacional e empenhada em transformar suas riquezas naturais em desenvolvimento humano e social. A trajetória histórica do país evidencia um percurso de resistência, superação e busca por soberania, sendo essencial compreendê-la para analisar o presente e projetar os caminhos da sua democracia.

2.2 O SISTEMA POLÍTICO DE ANGOLA

O sistema político de Angola constitui um dos elementos centrais para a compreensão do funcionamento do Estado e das dinâmicas sociais e eleitorais contemporâneas. Após décadas de conflito armado e transição para a paz em 2002, o país consolidou um arcabouço constitucional que define Angola como uma República soberana, unitária e democrática de direito, conforme a Constituição da República de Angola (CRA), aprovada em 2010.

Esse sistema tem características próprias que diferenciam Angola de outros regimes presidencialistas. O Presidente da República acumula funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo, além de exercer o comando supremo das Forças Armadas, o que o coloca no centro do poder político. Paralelamente, Angola adota um modelo multipartidário, mas historicamente marcado pela predominância de um partido hegemônico, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

Neste excerto analisaremos de forma acurada os pilares do sistema político angolano, dividindo-o em quatro grandes dimensões: o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e o sistema de partidos e processo eleitoral, tal como se pode observar na imagem abaixo.



Fonte 2: Criação dos autores



Nesta imagem, em cada eixo representa um dos pilares do sistema político angolano. nomeadamente:

- **Executivo:** responsável pela implementação de políticas e administração do Estado.
- **Legislativo:** cria e fiscaliza leis, representando os cidadãos.
- **Judiciário:** garante a justiça, interpreta a Constituição e controla a legalidade dos atos.
- **Sistema de Partidos e Processo Eleitoral:** assegura a competição democrática e a legitimidade do poder político.

Esses quatro eixos se unem em uma forma circular. Se o equilíbrio entre os pilares for forte, o gráfico aparece mais simétrico, mostrando estabilidade. Se houver desigualdade entre eles, o formato fica distorcido, refletindo fragilidade institucional.

Ao longo da análise, são abordadas tanto as normas constitucionais quanto os desafios práticos que impactam a consolidação da democracia em Angola:

2.2.1 O Poder Executivo em Angola

O Executivo angolano é o centro gravitacional do sistema político. O Presidente da República é simultaneamente Chefe de Estado, Chefe de Governo e Comandante em Chefe das Forças Armadas, situação que lhe confere competências amplas na definição de políticas internas e externas

A Constituição de 2010 alterou profundamente a forma de escolha presidencial. Em vez de eleições diretas, o Presidente é designado de maneira indireta: o cabeça de lista do partido ou coligação mais votada nas eleições gerais assume automaticamente a Presidência (ANGOLA, 2010).

Essa configuração tem sido alvo de críticas, já que concentra poder na figura presidencial e reduz a personalização do voto (MORAIS, 2021).

Além da nomeação de ministros e governadores provinciais, o Presidente tem competências para propor leis, dirigir a política nacional e internacional, aprovar decretos e dissolver órgãos subordinados. Como observa Chimamba (2018), o Executivo em Angola “opera como motor do Estado, mas também como o seu principal filtro de decisão”, o que levanta questionamentos sobre a efetiva autonomia dos demais poderes.

O Executivo angolano espelha uma tradição de centralização do poder, herdada tanto do período colonial quanto da guerra civil. O desafio contemporâneo consiste em equilibrar essa centralidade com mecanismos institucionais que garantam transparência, prestação de contas e respeito ao pluralismo, temos dito.



2.2.2 O Poder Legislativo: A Assembleia Nacional

O Poder Legislativo é exercido pela Assembleia Nacional, composta por 220 deputados eleitos por sufrágio universal, direto e secreto. O sistema de eleição é proporcional e combina listas nacionais e provinciais. Essa composição busca garantir representação das 18 províncias, ainda que a distribuição de mandatos privilegie regiões mais populosas, como Luanda (MORAIS, 2021).

A Assembleia Nacional tem funções legislativas, fiscalizadoras e representativas. Cabe a ela aprovar leis, debater o orçamento do Estado, fiscalizar a ação do Executivo e propor emendas constitucionais. No entanto, a predominância do MPLA no Parlamento tem reduzido a pluralidade de vozes, limitando o alcance da oposição (CHIMAMBA, 2018).

Segundo Moraes (2021), o Legislativo angolano enfrenta o dilema entre ser um órgão representativo da diversidade política e cultural do país ou funcionar como extensão da vontade do Executivo. Essa realidade reflete as dificuldades de consolidar um verdadeiro equilíbrio de poderes no sistema político nacional.

Reflexão do autor: A Assembleia Nacional poderia exercer papel mais ativo na fiscalização do Executivo. Para isso, seria necessário fortalecer a autonomia dos deputados, ampliar os recursos técnicos das comissões parlamentares e incentivar maior diálogo com a sociedade civil.

2.2.3 O Poder Judiciário e a Fiscalização Constitucional

O Poder Judiciário em Angola tem a missão de garantir a justiça, a legalidade e a defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos. A Constituição estabelece sua independência formal, mas a prática política mostra limitações decorrentes da proximidade com o Executivo (SANTOS, 2019).

O Tribunal Constitucional é o órgão máximo em matéria de constitucionalidade. Compete-lhe validar eleições, fiscalizar a conformidade das leis e garantir a proteção dos princípios constitucionais.

O Supremo Tribunal é a instância mais elevada para matérias civis e criminais, enquanto o Tribunal de Contas fiscaliza a legalidade das finanças públicas.

Chimamba (2018) observa que a independência do Judiciário é frequentemente questionada devido ao processo de nomeação de juízes, que envolve forte influência do Executivo. Isso compromete a percepção de imparcialidade e limita a confiança pública nas instituições judiciais.

A consolidação da democracia em Angola exige o fortalecimento do Judiciário, com maior autonomia funcional e garantias efetivas contra interferências políticas. A credibilidade da justiça é condição essencial para assegurar que o sistema político funcione de acordo com os princípios constitucionais.



2.2.4 O Sistema Partidário e o Processo Eleitoral

Angola adota formalmente um sistema multipartidário. Contudo, desde a independência em 1975, o MPLA tem ocupado posição hegemônica. A UNITA, após a guerra civil, consolidou-se como principal partido da oposição. Outras formações, como a CASA-CE, têm buscado ampliar seu espaço, mas com menor representatividade parlamentar (CHIMAMBA, 2018).

As eleições gerais ocorrem de cinco em cinco anos. O eleitor vota em listas partidárias nacionais e provinciais. O líder da lista nacional mais votada assume a Presidência da República. Essa particularidade distingue Angola de outros países presidencialistas e concentra ainda mais poder na estrutura partidária dominante (ANGOLA, 2010).

A Comissão Nacional Eleitoral (CNE) é o órgão encarregado da organização e supervisão das eleições. Apesar de sua importância, críticos questionam sua independência, já que a composição da CNE tende a refletir a correlação de forças políticas dominantes (MORAIS, 2021).

O sistema partidário angolano reflete um cenário de pluralidade formal, mas hegemonia prática. A vitalidade da democracia dependerá de maior equilíbrio na competição política, transparência nos processos eleitorais e fortalecimento da participação cidadã.

Com isso, deve-se dizer que, o sistema político de Angola combina elementos de um presidencialismo forte, de um Legislativo com poderes limitados e de um Judiciário formalmente independente, mas fragilizado na prática. A concentração de poder no Executivo é a característica mais marcante desse modelo, o que levanta desafios para o equilíbrio institucional e para a consolidação democrática.

Ao mesmo tempo, o país possui marcos constitucionais que reconhecem direitos, estabelecem a separação de poderes e asseguram eleições regulares. O grande desafio é transformar essas normas em práticas efetivas, reduzindo a centralização, ampliando a autonomia institucional e fortalecendo a participação cidadã.

O futuro do sistema político angolano dependerá da capacidade de construir instituições sólidas, abertas e participativas. A consolidação democrática em Angola não será resultado apenas de reformas constitucionais, mas também de uma cultura política que valorize o pluralismo, a transparência e a cidadania ativa.

2.3 NATUREZA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DEMOCRACIA

As políticas públicas ocupam lugar central no debate das ciências sociais, especialmente na ciência política e na administração pública, por constituírem instrumentos de mediação entre o Estado e a sociedade.



Peters (2015) amplia esse entendimento ao afirmar que as políticas públicas traduzem decisões políticas e administrativas em estratégias concretas, materializadas em programas sociais, projetos de infraestrutura, leis e regulações. No entanto, sua efetividade depende do equilíbrio entre o conhecimento técnico e a legitimidade social que recebem.

Nesse sentido, as políticas públicas podem ser entendidas como um conjunto de ações estatais destinadas a responder às demandas sociais, reduzir desigualdades e consolidar instituições democráticas (DYE, 2013).

Para Dahl (2001), a democracia consolidada depende de mecanismos que garantam a participação efetiva e a contestação, permitindo que a sociedade influencie de fato as decisões de governo.

No caso angolano, políticas implementadas em períodos pré-eleitorais assumem caráter estratégico. Se, por um lado, podem gerar inclusão social e ampliar direitos, por outro podem ser percebidas como mecanismos de instrumentalização política como tem se feito a décadas.

Bobbio (2000) alerta que democracias contemporâneas enfrentam riscos quando tais ações passam a ser vistas como manipulação, o que fragiliza a confiança institucional.

Em Angola, as políticas públicas representam tanto avanços quanto desafios. Sua implementação deve ser cautelosa, principalmente em períodos eleitorais o que não se vê, para que se diferencie aquilo que é política de Estado voltada ao bem comum daquilo que se apresenta como medida imediatista, voltada apenas a influenciar a escolha do eleitor.

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS E O IMPACTO NO COMPORTAMENTO ELEITORAL

O comportamento eleitoral é influenciado por múltiplos fatores em Angola, como identidade partidária, liderança, economia, mídia, redes sociais e políticas públicas.

Norris (2011) destaca que os eleitores tendem a avaliar governos a partir de sua performance, observando se as políticas correspondem às suas necessidades. Essa perspectiva aproxima-se da teoria da escolha racional, segundo a qual os cidadãos realizam cálculos de custo-benefício ao decidir o voto.

Almond e Verba (2015), no entanto, chamam atenção para o papel da cultura política. Em sociedades de tradição participativa, políticas públicas são interpretadas como conquistas coletivas. Já em contextos centralizados, tendem a ser vistas como concessões estatais.

Thompson (2012) observa que políticas consistentes e estruturais fortalecem a confiança institucional, enquanto medidas pontuais podem ser percebidas como meras estratégias de manutenção de poder.

No cenário angolano, programas econômicos, sociais e de infraestrutura influenciam diretamente o debate eleitoral somente no momento que se aproximam o cenário. Em regiões urbanas, onde o acesso à informação é maior, políticas públicas tendem a ser mais analisadas e questionadas. Já em zonas rurais, a



presença mais limitada do Estado pode levar a interpretações diferentes, reforçando a percepção de que certas ações surgem apenas em períodos eleitorais.

O eleitor angolano avalia não apenas o conteúdo das políticas, mas também o contexto em que elas são implementadas. Quando ações chegam às comunidades apenas em período pré-eleitoral, podem ser vistas como promessas de curto prazo o que tem acontecido no caso de Angola. Já políticas estruturais e contínuas são associadas a compromissos genuínos de desenvolvimento nacional.

2.5 FATOS E CONTRAFATOS NO CENÁRIO ELEITORAL

King, Keohane e Verba (1994) definem contrafatos como instrumentos de análise que permitem comparar o que ocorreu com o que poderia ter ocorrido em circunstâncias distintas. Esse recurso é útil na análise de políticas públicas, pois evidencia discrepâncias entre intenções declaradas e resultados práticos.

Enquanto os fatos correspondem às ações efetivas do governo, os contrafatos emergem das percepções sociais sobre essas ações, revelando narrativas que podem reforçar ou enfraquecer a confiança pública (DAHL, 2001; DYE, 2013). Thompson (2012) aponta que contrafatos surgem quando há inconsistência entre objetivos anunciados e resultados alcançados, o que intensifica tensões entre confiança e desconfiança no governo.

No caso angolano, programas em áreas como habitação, emprego e educação frequentemente enfrentam dificuldades de implementação, o que gera percepções negativas na população. Para o eleitor, a discrepância entre o anunciado e o vivido no cotidiano torna-se decisiva na avaliação do governo.

A análise de fatos e contrafatos deve ser indispensável para compreender o impacto real das políticas públicas. Em Angola, muitas vezes a percepção do que poderia ter acontecido pesa mais no comportamento eleitoral do que os resultados oficiais. Isso reforça a necessidade de se considerar não apenas dados técnicos, mas também a experiência cotidiana do cidadão.

2.6 POLÍTICAS PÚBLICAS, CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA E PERCEPÇÃO SOCIAL

Diamond (1999) entende a democracia como um processo em constante construção, que exige instituições sólidas, respeito às liberdades e mecanismos de accountability. Nesse processo, as políticas públicas são estratégicas, pois transformam promessas em ações concretas.

A participação democrática vai além do voto, incluindo engajamento cívico, fiscalização e controle social (ALMOND; VERBA, 2004).

Políticas públicas que respondem de forma eficaz às demandas sociais aumentam a confiança e estimulam maior participação. Em contrapartida, quando percebidas como manipulação, podem gerar descrédito, apatia ou polarização.



Para Dye (2013), a transparência e a consistência das políticas influenciam diretamente a percepção cidadã. Em Angola, onde desigualdades históricas se entrelaçam com expectativas de progresso, essa relação se torna ainda mais delicada por ter sido algo que é feito de forma exponencial.

Em linhas gerais, a consolidação democrática angolana depende de políticas que fortaleçam a igualdade de oportunidades e a confiança pública, o que não se nota para esta realidade.

Quando inclusivas, elas criam laços de confiança entre governo e sociedade. Porém, quando associadas a práticas clientelistas, minam a legitimidade institucional e comprometem o próprio projeto democrático.

2.7 INDICADORES DE IMPACTO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

A avaliação das políticas públicas deve combinar indicadores quantitativos, como taxas de emprego ou acesso à educação, com indicadores qualitativos, como confiança política e satisfação social (WOOLDRIDGE, 2016).

Em Angola, a desigualdade regional é um fator central, já que áreas urbanas concentram investimentos, enquanto regiões rurais sofrem com menor presença estatal.

Putnam (2000) argumenta que políticas inclusivas fortalecem o capital social, aumentando a cooperação e o engajamento cívico.

No entanto, em Angola ainda existem barreiras para a participação cidadã, como acesso limitado à informação e fragilidade de organizações civis. Mesmo assim, experiências locais de participação mostram caminhos para maior envolvimento da sociedade.

A participação cidadã deve ser vista como um processo contínuo, e não como um ato restrito ao voto. Em Angola, ampliar canais de diálogo entre governo e população é fundamental para que as políticas reflitam verdadeiramente as necessidades da sociedade e fortaleçam o vínculo democrático.

3 METODOLOGIA DO PREPARO

A metodologia desta investigação foi elaborada de forma a garantir clareza, rigor científico e coerência com os objetivos gerais e específicos da investigação. A escolha metodológica está diretamente relacionada à natureza do problema de pesquisa, que exige uma abordagem crítica e interpretativa sobre as relações entre políticas públicas e o cenário eleitoral de Angola em 2027.

3.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa foi delineada como qualitativa, descritiva e exploratória. O caráter **qualitativo** permitiu ao interesse em compreender significados, percepções e narrativas que não podem ser reduzidas a números. Segundo Minayo (2016), a pesquisa qualitativa é adequada para captar dimensões subjetivas e simbólicas



que estruturam a vida social. Já o caráter **descritivo** justificou-se pela necessidade de analisar, de forma sistemática, os efeitos das políticas públicas sobre o comportamento eleitoral. Por fim, a dimensão **exploratória** buscou ampliar a compreensão de temas ainda pouco investigados em Angola, como a influência de contrafatos e narrativas políticas na consolidação democrática.

3.2 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Optou-se por uma **abordagem crítico-interpretativa**, que permitiu não apenas descrever a realidade, mas também analisá-la em profundidade, considerando contradições e ambiguidades.

Creswell (2014) reforça que a pesquisa qualitativa deve se concentrar nos significados atribuídos pelos sujeitos, o que se aplica ao estudo das percepções dos eleitores, líderes comunitários e especialistas sobre o papel das políticas públicas em período pré-eleitoral.

3.3 UNIVERSO E PARTICIPANTES

O **universo da pesquisa** é o contexto político-eleitoral angolano, especialmente no período de preparação para as eleições gerais de 2027. Os **participantes** foram selecionados por meio de **amostragem intencional**, que privilegiou a escolha de atores capazes de oferecer contribuições relevantes. Entre os grupos participantes estão:

- Especialistas em políticas públicas e ciência política, com experiência acadêmica e prática;
- Representantes de partidos políticos, incluindo partidos da situação e da oposição;
- Líderes comunitários e sociais de diferentes províncias, representando diversidade cultural e regional;
- Eleitores comuns, contemplando diferentes faixas etárias, gêneros, níveis de escolaridade e condições socioeconômicas.

A diversidade dos participantes buscou assegurar uma leitura plural do fenômeno, evitando análises unilaterais ou excessivamente institucionalizadas.

3.4 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Três técnicas foram utilizadas de forma complementar:

1. **Análise documental:** Foram examinados documentos oficiais como planos de governo, programas de políticas sociais e econômicas, discursos presidenciais e relatórios de execução orçamentária. Esta análise permitiu identificar a coerência entre as intenções declaradas e a prática efetiva das políticas públicas.
2. **Observação de dados secundários:** Foram consultadas bases de dados estatísticos nacionais e internacionais, incluindo relatórios do Instituto Nacional de Estatística (INE), indicadores do



Banco Mundial e relatórios de organizações não-governamentais. Esses dados ofereceram suporte empírico para avaliar impactos sociais e econômicos das políticas públicas.

3. **Entrevistas semiestruturadas:** Conduzidas com os diferentes grupos de participantes, as entrevistas buscaram captar percepções, expectativas e reflexões em relação às políticas públicas e sua possível instrumentalização em períodos eleitorais. Esse formato de entrevista, segundo Triviños (2015), combina a flexibilidade da conversa com a orientação de um roteiro previamente estabelecido.

3.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Os dados coletados foram submetidos à **análise de conteúdo**, conforme proposta de Bardin (2011). Esta técnica envolve três etapas:

- **Pré-análise**, que consistiu na organização do material, leitura flutuante e definição das categorias de análise;
- **Exploração do material**, em que foram codificados os elementos relevantes, com destaque para narrativas sobre inclusão social, instrumentalização política e percepções de legitimidade;
- **Tratamento e interpretação**, quando as informações foram discutidas à luz do referencial teórico, identificando convergências, contradições e implicações para a democracia.

A triangulação entre dados documentais, estatísticos e entrevistas aumentou a validade e confiabilidade dos resultados.

3.6 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

O estudo respeitou integralmente os princípios éticos da pesquisa científica. Todos os participantes foram previamente informados sobre os objetivos, garantias de anonimato e confidencialidade. Aqueles que aceitaram participar assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido. Ressalta-se que nenhuma informação sensível foi divulgada de forma que pudesse comprometer a integridade dos participantes ou das instituições envolvidas.

3.7 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

A investigação reconhece suas limitações. A escolha por uma amostragem intencional e abordagem qualitativa restringe a possibilidade de generalização dos resultados para toda a população angolana. No entanto, esse limite é compensado pela profundidade interpretativa e pela riqueza das informações obtidas, que permitem identificar tendências, tensões e dilemas centrais para a compreensão do tema.



4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo da apresentação, análise e interpretação dos resultados não vamos somente nos limitar a dados quantitativos, mas incluir análise qualitativa das percepções sociais, fornecendo uma visão crítica e reflexiva sobre como políticas públicas moldam o cenário eleitoral e os processos democráticos em Angola.

Questão 1: Como os participantes percebem o impacto das políticas públicas no fortalecimento da democracia em Angola?

Especialistas destacaram que políticas públicas nas áreas de saúde e educação têm promovido avanços significativos, contribuindo para a inclusão social e para a melhoria das condições de vida da população. Eleitores urbanos, entretanto, mostraram ceticismo quanto à continuidade desses programas, questionando se os benefícios se manterão após o período eleitoral. Já líderes comunitários de regiões rurais enfatizaram que “a democracia só se sente quando as políticas chegam às comunidades”, apontando para a importância da presença concreta do Estado no território.

Dahl (2001) sustenta que a consolidação democrática exige efetiva participação cidadã, enquanto Dye (2013) ressalta que políticas públicas funcionam como mediadoras entre Estado e sociedade, traduzindo prioridades e valores coletivos em ações concretas.

O impacto das políticas públicas na democracia angolana é ambivalente. Políticas universais e estruturais fortalecem a democracia ao garantir direitos e participação, enquanto ações seletivas ou localizadas alimentam desconfiança e sensação de exclusão em determinadas comunidades. A efetividade democrática depende, portanto, da capacidade do Estado de implementar políticas consistentes e abrangentes, alinhadas ao bem comum.

Questão 2: As políticas públicas pré-eleitorais são vistas como inclusão social ou estratégia de poder?

A oposição política percebe tais ações como clientelistas e voltadas para a manutenção do poder. Eleitores urbanos e rurais relataram que muitos programas “aparecem antes das eleições e depois desaparecem”, indicando frustração com promessas não cumpridas. Líderes comunitários, no entanto, reconheceram que, mesmo com intenções políticas, essas ações geram benefícios imediatos para a população, como distribuição de cestas básicas e materiais agrícolas.

Bobbio (2000) alerta que a instrumentalização eleitoral compromete a legitimidade democrática. Thompson (2012) destaca que contrafactos surgem quando existe discrepância entre intenção declarada e resultados efetivos.

Em Angola, políticas pré-eleitorais operam em uma zona ambígua entre inclusão e manipulação. Embora tragam benefícios imediatos, a percepção de oportunismo político corrói a confiança social e reforça a ideia de que os cidadãos só são valorizados em períodos eleitorais, gerando frustração e ceticismo político.



Questão 3: Quais políticas sociais e econômicas mais influenciam o comportamento do eleitor?

Eleitores apontaram programas de habitação e criação de empregos como fatores determinantes na escolha do voto. Jovens destacaram bolsas de estudo e programas de capacitação profissional, enquanto comunidades rurais enfatizaram projetos agrícolas, construção de estradas e subsídios aos pequenos produtores.

Norris (2011) sustenta que eleitores avaliam a performance governamental, e Almond e Verba (2015) explicam que a cultura política molda a interpretação das políticas, especialmente em contextos de desigualdade de informação e acesso.

O voto em Angola apresenta forte caráter pragmático, sendo influenciado por resultados concretos que impactam a vida cotidiana. No entanto, políticas pontuais ou temporárias podem manipular escolhas eleitorais e fragilizar a confiança institucional, evidenciando a necessidade de políticas estruturais de longo prazo.

Questão 4: Qual é a percepção sobre a eficácia das políticas públicas?

Especialistas reconheceram avanços, mas apontaram a falta de transparência e problemas na execução orçamentária. Eleitores relataram obras inacabadas e serviços públicos deficientes, principalmente nas áreas urbanas. Em regiões rurais, a população valoriza benefícios imediatos, como cestas básicas e equipamentos agrícolas, mas percebe que se trata de ações temporárias e limitadas.

Diamond (1999) associa democracia à eficácia institucional, enquanto Wooldridge (2016) diferencia indicadores quantitativos e qualitativos para medir impactos.

Apesar de avanços, a falta de continuidade e transparência compromete a consolidação de políticas de Estado. A percepção de que ações governamentais são temporárias ou seletivas reforça a sensação de marginalização, especialmente nas zonas rurais.

Questão 5: Como os participantes interpretam a diferença entre políticas de Estado e políticas de governo?

Alguns especialistas afirmaram que a distinção entre as duas categorias não é clara no contexto angolano. Líderes comunitários defenderam a necessidade de continuidade de programas além dos ciclos eleitorais. Eleitores reclamaram que “cada governo começa do zero”, reiniciando projetos existentes.

Peters (2015) argumenta que políticas públicas só ganham legitimidade quando combinam técnica e aceitação social. Ostrom (2010) enfatiza que confiança depende de regras claras e continuidade.

A consolidação democrática requer políticas de Estado estruturais e contínuas, além de transparência no processo eleitoral. A neutralidade de órgãos como a Comissão Nacional Eleitoral e a participação de



observadores internacionais podem reduzir a percepção de favorecimento político e aumentar a confiança pública.

Questão 6: Como os contrafactos se manifestam no cenário eleitoral angolano?

Eleitores relataram promessas não cumpridas; especialistas destacaram que benefícios se concentram nas cidades; líderes comunitários observaram que “muitos programas ficam no papel”, sem impacto real nas comunidades.

King, Keohane e Verba (1994) definem contrafactos como a comparação entre o que ocorreu e o que poderia ter ocorrido. Thompson (2012) relaciona contrafactos à discrepância entre intenção e resultados concretos.

Em Angola, contrafactos constituem uma força política, pois a percepção de ausência de políticas efetivas pesa mais que dados oficiais. Eles evidenciam a necessidade de políticas consistentes, universais e monitoradas de forma transparente.

Questão 7: Como diferentes regiões percebem as políticas públicas?

Eleitores urbanos, especialmente em Luanda, demonstram postura crítica, exigindo transparência e continuidade. Em regiões rurais, há valorização de iniciativas mesmo limitadas, como pequenas infraestruturas e distribuição de alimentos. Especialistas destacaram disparidades regionais no acesso a políticas públicas.

Almond e Verba (2004) explicam que a cultura política varia conforme acesso à informação. Wooldridge (2016) sugere a necessidade de avaliação regionalizada dos impactos.

A desigualdade territorial em Angola influencia diretamente a percepção das políticas. Zonas urbanas exigem qualidade e responsabilidade, enquanto zonas rurais ainda lutam por presença mínima do Estado, que muitas vezes só se manifesta em períodos eleitorais.

Questão 8: Quais caminhos podem fortalecer a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas?

Especialistas enfatizam a importância de transparência e prestação de contas. Líderes comunitários defendem maior diálogo entre governo e comunidades. Eleitores demandam continuidade de programas sociais e políticas estruturais que realmente atendam às necessidades da população.

Putnam (2000) argumenta que capital social cresce com políticas inclusivas. Diamond (1999) relaciona fortalecimento democrático à accountability, e Dahl (2001) ressalta a participação efetiva como central na consolidação democrática.



O fortalecimento da democracia angolana depende da combinação entre políticas públicas inclusivas, participação cidadã efetiva e compromisso governamental com o bem comum. A transparência, continuidade e equidade das políticas são essenciais para gerar confiança e engajamento político duradouro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou o impacto das políticas públicas no cenário eleitoral de Angola em 2027, buscando compreender como essas ações influenciam a participação política, a percepção social e a consolidação democrática. A investigação revelou que as políticas públicas exercem papel ambivalente: ao mesmo tempo em que promovem inclusão social, melhoria da qualidade de vida e fortalecimento institucional, também podem ser percebidas como instrumentos de manipulação política, especialmente quando implementadas em períodos pré-eleitorais.

A triangulação entre entrevistas, análise documental e revisão teórica demonstrou que os cidadãos avaliam não apenas os resultados concretos das políticas, mas também sua intencionalidade, abrangência e continuidade. Programas estruturais, universais e transparentes geram confiança e engajamento, reforçando o vínculo entre Estado e sociedade e contribuindo para a maturidade democrática. Já medidas pontuais ou de caráter eleitoral, mesmo que tragam benefícios imediatos, alimentam contrafactos e geram desconfiança, enfraquecendo a legitimidade das instituições.

A reflexão dos autores apontam que o futuro democrático de Angola dependerá do equilíbrio entre a implementação de políticas voltadas ao bem comum e a capacidade crítica da sociedade de discernir fatos e contrafactos. É fundamental que o Estado priorize políticas de longo prazo, contínuas e inclusivas, enquanto os cidadãos desenvolvem consciência crítica para avaliar sua eficácia real.

O problema da pesquisa é respondido pelo reconhecimento de que políticas públicas estruturais, contínuas e universais fortalecem a democracia, ampliando participação e confiança social, enquanto ações pontuais ou seletivas, associadas a interesses eleitorais, geram contrafactos e enfraquecem a legitimidade institucional. O desafio para Angola, portanto, reside na capacidade do Estado de alinhar políticas ao bem comum e na maturidade crítica da sociedade para diferenciar fatos de contrafactos, consolidando assim a cidadania participativa e a democracia.

Concluimos igualmente que, as eleições de 2027 representarão um momento de teste para a democracia angolana, em que a qualidade das políticas públicas e a maturidade política da população determinarão se o país avançará na consolidação democrática ou se continuará a enfrentar desafios relacionados à instrumentalização política e à desconfiança institucional.



REFERÊNCIAS

- ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture revisited*. Newbury Park: Sage, 2015.
- ANGOLA. *Constituição da República de Angola*. Luanda: Assembleia Nacional, 2010.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BIRMINGHAM, D. *A short history of modern Angola*. London: Hurst, 2015.
- BOBBIO, N. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- BOBBIO, N. *O futuro da democracia*. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CHIMAMBA, J. M. *Partidos políticos e eleições em Angola: desafios da democracia*. Luanda: Mayamba, 2018.
- CRESWELL, J. W. *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.
- DAHL, R. A. *Sobre a democracia*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- DIAMOND, L. *Developing democracy: toward consolidation*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1999.
- DYE, T. R. *Understanding public policy*. 14. ed. Boston: Pearson, 2013.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- HEYWOOD, L. M. *Njinga of Angola: Africa's warrior queen*. Harvard University Press, 2017.
- HODGES, T. *Angola: anatomy of an oil state*. London: James Currey, 2004.
- KING, G.; KEOHANE, R. O.; VERBA, S. *Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research*. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- MESSIANT, C. *Angola: the challenge of statehood*. Oxford: James Currey, 2008.
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2016.
- MILLER, J. *Way of death: merchant capitalism and the Angolan slave trade, 1730–1830*. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.
- MORAIS, A. F. *Democracia e processo eleitoral em Angola: uma leitura crítica da Constituição de 2010*. Revista Angolana de Ciências Sociais, Luanda, v. 5, n. 2, p. 45-67, 2021.



NORRIS, P. *Driving democracy: do power-sharing institutions work?* Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

OSTROM, E. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

PETERS, B. G. *Advanced introduction to public policy*. Cheltenham: Edward Elgar, 2015.

PETERS, B. G. *American public policy: promise and performance*. 9. ed. Washington: CQ Press, 2015.

PUTNAM, R. D. *Bowling alone: the collapse and revival of American community*. New York: Simon & Schuster, 2000.

SANTOS, R. A. *Presidencialismo e governabilidade em Angola: limites e possibilidades*. Estudos Africanos, Lisboa, v. 12, n. 3, p. 89-112, 2019.

THOMPSON, D. F. *The democratic citizen: social science and democratic theory in the twenty-first century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

VAN DER WAAL, C. *Angola's endless war: fault lines of rebellion*. London: Zed Books, 2002.

WOOLDRIDGE, J. M. *Introductory econometrics: a modern approach*. 6. ed. Boston: Cengage Learning, 2016.